

CARESTIA E PRIVATIZAÇÃO: QUEM PAGA A CONTA SÃO OS TRABALHADORES



Estamos vendo a escalada de preços dos alimentos, dos combustíveis, do gás de cozinha, da água, da luz, enfim, a carestia atormenta a vida da população brasileira, principalmente os mais pobres.

Para piorar, os resultados das negociações coletivas indicam a manutenção de um alto número de reajustes abaixo da inflação. Segundo dados do DIEESE, em março deste ano, 52% dos ACT's não alcançaram a inflação do período medida pelo INPC/IBGE; 34% tiveram o reajuste da inflação do período e apenas 13,9% conquistaram aumentos reais.

Já a experiência prática mostrou que a privatização só trouxe mais problemas. Minas Gerais tem realidades concretas de desastres causados pela privatização. A Vale do Rio Doce, atual Vale, que destruiu o Rio Doce e muito mais, além de matar centenas de pessoas, é um exemplo de como a privatização não funciona e ainda provoca danos irreparáveis aos diversos setores da sociedade – trabalhadores, população, meio-ambiente etc.

Poderíamos citar uma série de outros exemplos em que a privatização trouxe um verdadeiro tormento para a vida do povo e, sem dúvida, podemos concluir que se privatizar a conta vai aumentar em todos os

sentidos que pode representar esta expressão CONTA.

Os constantes reajustes dos combustíveis vêm impactando cada vez mais a inflação, situação que se agravou quando, sob o comando de Michel Temer, a Petrobras adotou a Política de Paridade Internacional (PPI), que segue os reajustes dos barris de petróleo e a cotação do dólar. A gasolina brasileira é a segunda mais cara entre os maiores produtores de petróleo do mundo.

De abril do ano passado a abril deste ano, os preços da gasolina subiram 30,12%, do diesel 52,53%, do etanol 30,55%, e o do gás de cozinha 32,45%. Tem estados onde o botijão de 13 quilos está custando, pasmem, R\$ 160.

O gás de cozinha (GLP), para as distribuidoras, foi reajustado em 16,1%, e passará de R\$ 3,86 para R\$ 4,48 por kg, equivalente a R\$ 58,21 por 13 kg. Para a população, o botijão chega, em alguns lugares, a R\$ 130,00, aumentando as dificuldades de sobrevivência das famílias mais pobres. A elevação de preços dos combustíveis tem impacto direto sobre a inflação que passa de 10% ao ano.

A justificativa do governo é que sem os aumentos pode haver desabastecimento. Por outro lado,

refinarias seguem ociosas e na fila da privatização, isso sem falar na falta de investimentos em manutenção das unidades operacionais e na redução de pessoal, o que compromete a segurança das trabalhadoras e trabalhadores, conforme denunciam os sindicatos da categoria. Contudo, ao que pese o aumento do preço de combustível nas

refinarias, a margem de lucro da empresa deve ficar em 28,3%, crescimento de 1.811% na comparação com o primeiro trimestre de 2021. Como se vê é o consumidor final quem está pagando e sofrendo com a alta dos combustíveis, enquanto financia os lucros bilionários a serem entregues aos acionistas.

PLR: UM ACORDO APROVADO PELA MAIORIA DOS ESTADOS, PORÉM, REJEITADO PELOS TRABALHADORES DA UNISYS DE MINAS GERAIS



PLR: UM ACORDO APROVADO PELA MAIORIA DOS ESTADOS, PORÉM, REJEITADO PELOS TRABALHADORES DA UNISYS DE MINAS GERAIS

Mais uma vez os trabalhadores da UNISYS em Minas Gerais demonstraram seu descontentamento com a proposta de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) apresentada pela empresa, que mingua ano após ano. E é muito importante que este descontentamento tenha se manifestado na rejeição da proposta pela assembleia de Minas, afinal de contas, este resultado corresponde ao grito geral pela valorização da sua inteligência, que são os seus trabalhadores. Não é isto que está acontecendo em relação à PLR da Unisys.

A consciência, dos trabalhadores da Unisys/MG, da importância de cada profissional, é fundamental e

precisa ser ressaltada, afinal de contas, se nós trabalhadores não nos valorizarmos, não refletirmos sobre o que nós representamos no dia a dia da empresa, para o seu crescimento e desenvolvimento, não será a empresa que irá nos valorizar e a redução da PLR reflete isto.

TAXA DE FORTALECIMENTO SINDICAL

Iniciaremos, com a publicação deste boletim, o prazo para que haja a manifestação contrária ao desconto da taxa de fortalecimento sindical/PLR, o que deverá ser feito através do link:

https://docs.google.com/forms/d/17vmyv1fvt2bogU6WcSoHfIF5dYNM-0B15_FvOiuPBIE/edit

Você terá até o dia 10/05 para acessar o link e preencher o formulário, que estará disponível 24 horas por dia, inclusive no final de semana, para se opor ao desconto.

Todavia, fazemos a seguinte reflexão:

A OPOSIÇÃO SIGNIFICA ENFRAQUECER QUEM TE DEFENDE – O SINDICATO. QUANTO MAIS FORTE É O SINDICATO, MAIS RESPEITADOS SÃO OS TRABALHADORES.

FILIAR-SE AO SINDICATO É FUNDAMENTAL E CONTRIBUIR COM A TAXA DE FORTALECIMENTO TAMBÉM.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamada	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados	Samba Mobile	0010567-89.2021.5.03.0020	23/11/2022	11:00	Videoconferência
Sindados	Metalsoft	0010226-29.2022.5.03.0020	17/10/2022	13:15	Videoconferência
Sindados	EAC Engenharia	0010238-61.2022.5.03.0014	30/05/2022	08:20	Videoconferência
Sindados	Accenture	0010277-43.2022.5.03.0019	29/06/2022	08:00	Videoconferência

PLR É DIREITO DOS TRABALHADORES ASSEGURADO PELO SINDADOS-MG



Na última live da PRODEMGE foi anunciado que esse ano será paga a PLR aos trabalhadores.

É dever do SINDADOS lembrar:

- Se houve lucro, houve esforço dos trabalhadores. E em especial, é bom lembrar que nesses últimos dois anos houve uma significativa economia da empresa em virtude do teletrabalho e isso não pode ser ignorado.

- Custos foram repassados aos trabalhadores, que por sua vez, pouco recebem para arcar com eles em sua residência. Só para ficar registrado, continua não se justificando a ideia de que “só de não gastar com transporte, ter um deslocamento estressante, já vale”, como ouvimos de representantes da empresa para não melhorar o valor pago aos trabalhadores da ajuda de custo pelo trabalho em casa.

- Se houve economia com transporte pago pelos trabalhadores, a empresa também economizou, pois quando o trabalhador opta por custeio de vale-transporte, apenas 6% são pagos pelo mesmo.

- Há que se colocar nessa conta também o custo de cada posto de trabalho, especialmente na Cidade Administrativa, que é altíssimo (aluguel do espaço, energia elétrica e toda lógica estrutural envolvida). A notícia que temos é de que seja na casa de milhares de reais por pessoa.

- Outra coisa é que antes da regulamentação do teletrabalho entre o SINDADOS e a PRODEMGE,

através do ACT, foi imputado ao trabalhador uma carga de trabalho altíssima, sem pagamento de horas-extras ou uso de banco de horas.

- Ainda para ativar a memória de todos, em 2019 o então presidente Rodrigo Paiva tentou colocar a PLR dentro do ACT específico da PRODEMGE e tentou mudar a possibilidade de pagamento com critérios rebaixados em relação à CCT. Com muita luta do SINDADOS e da Comissão de Trabalhadores, na firme representação dos trabalhadores e junto com os trabalhadores não permitimos o rebaixamento.

PORTANTO a PLR é direito do trabalhador, é conquista de cada empregado da PRODEMGE fruto de muito trabalho, que o SINDADOS-MG garantiu na CCT da categoria. O anúncio de pagamento da PLR, portanto, nada mais é do que realizar o direito conquistado por nós trabalhadores.

O SINDADOS, ao rememorar convida todos a refletir sobre seu papel nessa conquista e, principalmente, sobre qual reconhecimento queremos ter na próxima campanha salarial.

PLR na Convenção Coletiva de Trabalho

A cláusula que dispõe sobre o pagamento da PLR é a 27ª da CCT e seu conteúdo integral pode ser acessado no site do SINDADOS através do link: <https://www.sindados-mg.org.br/convencao-coletiva-2/database-setembro-58065/cct-database-setembro-2021-2023>

PRODABEL

SALÁRIOS E BENEFÍCIOS DE NATUREZA ECONÔMICA SERÃO REAJUSTADOS E PAGOS NO CONTRACHEQUE DE MAIO/2022



Os trabalhadores aprovaram, em Assembleia, a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), composta pela manutenção de todos os direitos do atual ACT e

renovação do mesmo, além de reajuste dos salários e demais cláusulas de natureza econômica pelo índice do INPC. O SINDADOS/MG notificou a Empresa do resultado da Assembleia.

Como o índice do INPC ainda não saiu, o Sindicato assinou com a PRODABEL um termo de prorrogação da garantia até o dia 30 de maio, tempo em que sairá o índice. Na sequência será feita a atualização do ACT vigente, ajustando-se as datas e adequando-o para se transformar em ACT 2022/2023. Os jurídicos do Sindicato e da Empresa estão em contato permanente para esta atualização do ACT e sua respectiva assinatura. A solicitação para aguardar a publicação do índice para inseri-lo no ACT foi da PRODABEL e, como junto com a proposta estava também a garantia de data-base, o jurídico do Sindicato avaliou não haver problema preparar o ACT a ser assinado, aguardando apenas a publicação do valor do INPC do período, que, tão logo saia, será inserido no ACT para assinatura imediata. O INPC é publicado pelo IBGE e deve sair por volta do dia 9 de maio.

REMEMORANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE AS CAMPANHAS SALARIAIS



A Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados (FENADADOS)

encaminhou, em 31/03, às direções da DATAPREV e do SERPRO, as pautas de reivindicações 2022/2024.

Construídas em conjunto com os sindicatos filiados à FENADADOS, o SINDPPD-RS e o SINDPPD-SC, e validadas pelos trabalhadores nas assembleias estaduais, as pautas de reivindicações estão disponíveis na página da Federação.

Ao fazer o encaminhamento da pauta, normalmente se solicita agendamento da primeira reunião negocial e, também, a assinatura do Termo de Garantia de Data Base. Em resposta à solicitação da FENADADOS, de prorrogação dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT's) vigentes até a assinatura do próximo ACT, tanto SERPRO quanto DATAPREV formalizaram a concordância, prorrogando os ACT's até 30/05/2022. Ainda não há reunião agendada com nenhuma das empresas.